

2 Os Movimentos Feministas Transnacionais na encruzilhada de arcabouços teóricos

2.1 Introdução

A análise da experiência dos Movimentos Feministas Transnacionais (MFTs) que participaram do processo do Financiamento do Desenvolvimento (FfD – Financing for Development) encontra-se na intersecção de três campos teóricos: as teorias dos movimentos sociais, as teorias feministas e os estudos sobre o desenvolvimento. Antes de analisar as questões que essa experiência singular suscita, é necessário, então, desenvolver alguns pontos a respeito de como esses campos teóricos se encontram no caso: na sua relação com os atores, os MFTs. Isso não implica fazer uma revisão exaustiva ou o estado da arte desses arcabouços teóricos, dado que se tratam de literaturas extensas e de debates intensos. Ao contrário, pretendo analisar a especificidade desses arcabouços para o caso dos MFTs que participaram da agenda FfD desde seu lançamento até a Conferência de Monterrey.

Os MFTs mobilizando em Monterrey são, antes de qualquer coisa, movimentos sociais, com seus dilemas e experiências típicos e amplamente estudados pelo que se convencionou chamar de “teorias dos movimentos sociais” (Gohn, 2002: 342). Logo, na primeira parte desse capítulo, desenvolverei questões de alguns teóricos que ajudam a iluminar a experiência dos MFTs em Monterrey, enquanto Movimentos Sociais Transnacionais (MSTs) articulando-se em torno de bandeiras de luta e oferecendo resistências e alternativas.

No entanto, definir os MFTs como MSTs é insuficiente para entender a singularidade desses movimentos. Os MFTs não são um MST como qualquer outro, mas um que tem como suporte teórico perspectivas próprias: os feminismos enquanto campos teóricos e movimentos políticos e sociais. As teorias e discursos feministas conferem particularidade¹ aos MFTs enquanto atores, que se mobilizam em Monterrey em torno de causas que remontam a um processo mais

¹ A particularidade dos MFTs não implica na não particularidade de outros MSTs. Os movimentos indígenas e negros, dentre outros, também se baseiam em um discurso identitário próprio.

amplo de luta política e social. Essa particularidade será o foco da segunda parte desse capítulo, no qual tratarei de algumas questões e dilemas próprios do ativismo feminista em razão da singularidade de seu discurso, e projeto de transformação social associado.

Por fim, os MFTs mobilizados em Monterrey não estão levantando bandeiras de luta em torno de todas as questões de preocupação feminista. Embora diversos temas relacionados à questão das mulheres sejam tratados na mobilização, a questão do desenvolvimento e sua relação com a categoria de gênero e impacto na situação das mulheres estão no cerne do discurso e das preocupações dos MFTs no processo FfD. Assim, na terceira parte desse capítulo, trabalho como os MFTs consideram a questão do desenvolvimento em Monterrey a partir dos debates que deram origem a um campo de estudos e de formulação de políticas públicas sobre Gênero e Desenvolvimento.

Assim, esses três temas estão intimamente interconectados em torno do ator aqui estudado. Para entender como estes se mobilizam em torno do caso concreto de Monterrey, os temas serão apresentados a seguir.

2.2

Os movimentos feministas como Movimentos Sociais Transnacionais

Os MFTs que participaram da agenda FfD são atores com discursos e dilemas específicos dos ativismos feministas e teorias feministas, além de serem atores que compartilham a crença na possibilidade do desenvolvimento. Mas são também Movimentos Sociais Transnacionais e, como tais, podem ser analisados à luz de um arcabouço teórico específico que se convencionou chamar de teorias dos movimentos sociais².

Para alguns autores, o estudo dos movimentos sociais transnacionais tem sido uma agenda de pesquisa profícua. Segundo Tarrow (1998), a ação coletiva pode tomar muitas formas, sendo que, em geral, acontece dentro de instituições e tem objetivos largamente aceitos – o que ele chama de ação coletiva consensual.

² O debate em torno dos movimentos sociais é bastante amplo e não consiste no objetivo principal desse trabalho. Ao contrário, enfatizei aspectos desse debate que são de grande importância para o entendimento da experiência dos MFTs na agenda FfD. Para ir além, um bom texto introdutório é o de Gohn (2002), além, é claro, das diversas referências aqui elencadas.

“A ação coletiva torna-se contestatória quando pessoas com objetivos novos ou não aceitos e **sem acesso regular a instituições** comportam-se de maneiras que desafiam outros ou autoridades” (Tarrow, 1998: 3. Tradução minha). É importante notar que Tarrow fala de falta de acesso regular a instituições e não de nenhum acesso. Quanto maior esse acesso, mais abertas são as estruturas de oportunidade política³. Porém é necessário diferenciar entre intensidade e qualidade do acesso institucional. Alguns atores podem ter acesso formal sem que isso represente necessariamente oportunidade de mudança. As tensões entre essas oportunidades e as motivações dos movimentos acarretam a contestação política.

A contestação política (*contentious politics*) remonta ao início da história da humanidade, mas a novidade dos movimentos sociais seria a interação **sustentada** contra atores políticos poderosos, um fenômeno cuja origem acompanhou o surgimento do Estado-Nação na Idade moderna (Tarrow, 1998). Talvez esta história tão intimamente relacionada com a do Estado moderno, somada à divisão intelectual do trabalho entre teóricos dos fenômenos políticos e sociais nacionais e internacionais (Khagram, Riker e Sikkink, 2002), tenha dificultado a consolidação de teorias que dessem conta da transnacionalização da contestação⁴. É justamente essa lacuna que alguns autores tentam suprir através do aumento de diálogo entre teóricos de política internacional e teóricos dos movimentos sociais.

Não é difícil entender o crescimento dessa agenda de pesquisa. O interesse pelo fenômeno da contestação transnacional pode ser compreendido considerando-se o próprio aumento em número e intensidade do mesmo (Sikkink e Smith, 2002). Esse aumento tem sido incentivado por diversos fatores. O processo de globalização intensificou as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que vão além das fronteiras do Estado-Nação, criando novas questões que se encontram nas esferas global e/ou trans/internacionais e tornando mais proeminentes questões já existentes nessas esferas. A própria questão de onde se localiza esta contestação é proeminente. O debate sobre se os movimentos operam na esfera global, transnacional ou internacional é intenso. Mais adiante defendo o uso do termo transnacional para se falar dos movimentos sociais que operam além

³ Mais sobre isso adiante.

⁴ As teorias marxistas são uma importante exceção, dado que o projeto marxista se baseia na internacionalidade da luta do proletariado.

das esferas locais e nacionais. Porém as questões em torno das quais esses movimentos se mobilizam se encontram nas relações entre Estados (internacional), nas relações entre atores não-estatais e desses com os Estados (relações transnacionais) e nas relações que transgridem a própria categoria do Estado-Nação enquanto comunidade política por excelência (global). Dessa forma, prefiro falar de questões existentes nas esferas trans/internacional/global.

Além disso, a emergência e consolidação de comunidades políticas e instituições supranacionais, como a União Européia, estabeleceu e renovou espaços – institucionais ou não – de discussão e mobilização política. Os avanços tecnológicos permitiram um contato mais intensificado apesar das distâncias, através da internet e do barateamento dos custos – ainda que limitado – de viagens internacionais. A mídia corporativa internacional e as mídias de contra-informação alternativas facilitaram o acesso a informações, o que levou a consolidação de opiniões públicas transnacionais, embora não-homogêneas. A organização de conferências onusianas – especialmente no pós-Guerra Fria – e as normas internacionais associadas constituíram catalisadores de atenção, provendo fóruns de participação trans/internacional para os movimentos visando a influenciar o conteúdo das normas, utilizá-las para cobrar a responsabilidade dos Estados e até contestar os processos. Todos esses fatores constituem o que alguns autores chamam de estruturas de oportunidade política: “dimensões consistentes do ambiente político que provêm incentivos ou constrangimentos para pessoas comprometidas com a ação coletiva” (Khagram, Riker e Sikkink, 2002: 17. Tradução minha).

Sikkink e outros autores, porém, definem estruturas de oportunidade política de forma demasiado estática. Tarrow e Della Porta (2005: 13. Tradução minha) tentam ir além ao tentar “mudar de uma definição estática de recursos e oportunidades para uma definição dinâmica: por exemplo, de recursos e oportunidades como ‘eles são’, para recursos e oportunidades como eles são percebidos e construídos pelos ativistas.”

Esses processos podem ser percebidos na utilização de espaços não-institucionais também para superar faltas de oportunidades institucionais, construindo assim espaços relativamente autônomos. Nesses espaços não-institucionais de debate político os movimentos puderam articular-se na contestação de injustiças, muitas associadas ao fenômeno da globalização.

Justamente nesses espaços não-institucionais, muitos dos movimentos que têm tido o acesso negado aos espaços institucionais levantam bandeiras de luta por projetos alternativos e radicais de organização social. Nesses mesmos espaços, até movimentos com certo acesso institucional mobilizam-se para contestar de fora processos que a partir de dentro oferecem oportunidade de crítica limitada pela própria natureza da participação institucional: embebida em regras formais de burocratização do debate político.

A própria escolha das “organizações da sociedade civil” como definidas pela ONU (Organização das Nações Unidas) é determinada pelo privilegiamento de organizações menos “ativistas” e mais “técnicas”. Essa questão da identidade híbrida dos movimentos será discutido na próxima seção desse capítulo e ficará ainda mais claro na análise que será feita no capítulo seguinte da participação/contestação dos movimentos no processo que culminou com a Conferência de Monterrey.

No entanto, apesar desses espaços – institucionais ou não – terem permitido a intensificação da ação coletiva transnacional, as condições que favorecem o aparecimento de ações coletivas são mais escassas em nível trans/internacional/global. Um exemplo disso é o caso do processo de *framing* – ou enquadramento em tradução livre⁵ – que se dá menos facilmente nesses espaços.

“Movimentos ajudam a criar e recriar significados através de *framing* do mundo e de si mesmos que legitimam e motivam a ação coletiva. [...] *Framing* ocorre não apenas através do que os movimentos dizem, mas também através do que eles fazem – através de suas escolhas de táticas e das conexões entre suas ações e sua retórica.” (Khagram, Riker e Sikkink, 2002: 12 e 13. Tradução minha).

Segundo teóricos que o estudam, esse processo acontece entre “pessoas [relativamente] homogêneas com contato regular” (Sikkink, 2003: 314), condição pouco comum em nível transnacional ou global. Como encontrar *frames* de significados comum é dificultado pela diversidade cultural, “disputas de *frames* podem ser uma fonte significativa de mudança dentro de redes” (Keck e Sikkink, 1998: 10). No entanto, ao invés de considerar isso uma dificuldade, vejo como positiva a diversidade que gera disputas, politizando os debates. Esses processos

⁵ Assim como Gohn (2002: 87), prefiro manter o conceito de *frame* e *framing* no original, pois a tradução como “quadro” ou “enquadramento” não dá conta de toda a complexidade do termo como mostra sua definição.

estão no cerne dos movimentos sociais e o fato de que aconteçam mais intensamente quando estes se mobilizam além do nível local pode ser sintomático da maior politização de questões. Se maior identidade gera maior entendimento – e por consequência menos conflitos –, mais heterogeneidade gera mais disputas. Estas podem até tornar as mobilizações mais difíceis. Porém uma vez construídas as coalizões que representam a superação das diferenças, o processo daí advindo pode ser mais rico, complexo e politizado.

Por outro lado, as coalizões transnacionais podem representar a cooptação das diferenças em prol de um consenso “necessário” ou assim justificado. Somente o estudo de cada processo pode dar conta de entender os significados (consensuais e/ou disputados) contidos nos discursos comuns. No caso dos movimentos feministas, a conflitualidade está definida na própria visão que estes têm da sociedade civil e da cultura.

A associação dos MSTs com a idéia de sociedade civil permite inserir esses movimentos em um espaço social que compreende diferentes modos de vida e processos sociais mais amplos, tanto hegemônicos – foco na universalização de princípios dominantes (O’Brien et al, 2000: 4) – quanto contra-hegemônicos – foco na tomada de consciência de modos alternativos de organização social e desafio aos princípios dominantes (idem: 5). Assim, a sociedade civil torna-se arena de conflitos, emancipação e obriga a pensar em uma ordem mundial alternativa (Cox, 1999).

Concomitantemente, os movimentos feministas não definem a sociedade civil como uma esfera anormativa e necessariamente emancipatória em todos os seus processos. Os valores patriarcais estão embebidos na própria cultura da sociedade civil – e é estruturante desta. Portanto, sociedade civil e cultura são espaços de valores hegemônicos e valores contra-hegemônicos, de conflitualidade e de emancipação constantes.

Além disso, a constatação de que os participantes de ação coletiva transnacional são menos homogêneos do que no caso da contestação em nível nacional é fundamental, na medida em que reivindicações de *sisterhood* (irmandade) global por parte de alguns movimentos feministas podem ser mais retóricas do que reais. As tensões dentro dos movimentos, especialmente entre Norte e Sul, são objetos de análise essencial do presente trabalho. Porém, é necessário ressaltar três pontos.

Primeiramente, os participantes de ação coletiva em nível nacional tampouco são homogêneos, assim como qualquer grupo social, embora geralmente o sejam em maior intensidade do que participantes de ações coletivas transnacionais.

Em segundo lugar, privilegiar tensões Norte-Sul pode criar dicotomias pouco explicativas da complexidade envolvida. Existem muitos “Nortes” e muitos “Suls” e embates dentro desses. Além disso, outras categorias como raça, classe e gênero complexificam o cenário.

Por fim, apesar das tensões e heterogeneidade, interesses comuns devem ser percebidos entre os participantes para que estes engajem em práticas de ação coletiva.

Portanto, apesar da relativa dificuldade, o processo de *framing* acontece cada vez com mais frequência nas esferas trans/internacional/global, dadas as crescentes oportunidades políticas já discutidas. O conceito de *frames* oferece uma ferramenta de análise importante⁶ para o entendimento do comportamento dos movimentos sociais e de sua relação com as estruturas sócio-política e econômica. Khagram, Riker e Sikkink (2002), por exemplo, trabalham diferentes processos de construção de *frames*, como a idéia de amplificação de *frames*, segundo a qual, alguns grupos constroem “a partir de normas pré-existentes, mas tentando expandir o domínio ao qual essas normas se aplicam. [...] Esse processo de *framing* é o que os grupos de direitos das mulheres fizeram quando eles trabalharam para que sua campanha ‘direitos das mulheres são direitos humanos’ fosse aceita como norma internacional” (idem: 16. Tradução minha).

Da mesma forma, os MFTs no processo FfD trabalharam a partir do discurso de desenvolvimento já existente, problematizando-o à luz de normas internacionais como a Plataforma de Ação de Beijing, documentos de outras conferências da década de 90 que fizeram avanços importantes no que concerne equidade de gênero e diversas normas, como a CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – ONU/1984).

No entanto, o *framing* proposto é tão desestruturante de categorias pré-existentes – buscando uma resignificação completa do desenvolvimento – que

⁶ Diversos processos relacionados à idéia de *frames* – como alinhamento, *bridging*, extensão – são discutidos na literatura especializada e vão além do escopo desse trabalho. Para um apanhado geral, ver Della Porta e Diani (2006).

difícilmente sealaria somente de amplificação de *frames* nesse caso. Os MFTs se apóiam em normas pré-existentes que são a crença estabelecida no processo de desenvolvimento, para então reconsiderá-lo em novas bases, que desestruturam o sentido atual do próprio projeto de desenvolvimento.

Alguns autores (Tarrow e Della Porta, 2005; Sikkink e Risse, 1999) têm no processo de transnacionalização de movimentos sociais nacionais – através dos modelos de difusão e externalização por bumerangue/espíral – um de seus focos de pesquisa. Diferentemente, a presente pesquisa tem como foco movimentos cujos processos estão menos ligados a bases nacionais e cujas motivações, contradições e limitações se encontram mais bem na esfera global. Alguns teóricos escolhem falar de movimentos sociais globais (O’Brien et al, 2000), em razão disso. Porém, reitero a escolha por adotar a noção de movimentos sociais **transnacionais** – e não globais – para não perder de vista a natureza híbrida⁷ dos movimentos, que transcendem as fronteiras do Estado-Nação em coalizões e campanhas transnacionais que podem ser seu principal foco, sem com isso deixar de lado completamente suas atividades, bases, motivações, contradições e limitações locais e nacionais. Nesse sentido, Tarrow e Della Porta (2005) oferecem boas saídas para o dilema transnacional/global, ao falar do processo de ação coletiva transnacional.

Um dos problemas associados à idéia de transnacionalização dos movimentos – ao qual acabo de me referir – é a ênfase nas bases nacionais de movimentos que, após existirem naquela realidade, se transnacionalizam. Essa idéia está contida nos processos de transnacionalização estudados por Tarrow e Della Porta (2005) e Risse e Sikkink (1999): difusão, domesticação e externalização através do processo de bumerangue/espíral. Em referência a um trabalho de Sidney Tarrow de 1995, Khagram, Riker e Sikkink (2002: 20) afirmam que: “Onde grupos domésticos têm estruturas de oportunidade doméstica abertas e governos nacionais suscetíveis, eles não buscarão acesso institucional internacional, mesmo que a fonte de seus problemas seja de natureza transnacional. Ao contrário, eles vão pressionar seus próprios governos a representar seus interesses nas arenas internacionais.” Tal afirmação é bastante controversa: ativistas já perceberam que nem todos os governos têm a mesma

⁷ Mais sobre a natureza híbrida dos movimentos feministas transnacionais na seção seguinte desse capítulo.

capacidade de representar os interesses de seus cidadãos, mesmo quando estão abertos a isso – o que nem sempre é o caso também. Além disso, ativistas podem ter percepção contrária à política do seu governo.

Além disso, como afirmam Tarrow e Della Porta (2005: 6. Tradução minha), esse tipo de mobilização é “potencialmente mais efetivo para movimentos focando em normas internacionalmente estabelecidas (como direitos humanos) do que para aqueles lutando contra um discurso internacionalmente hegemônico (como a liberalização dos mercados de bens e serviços).” Como já argumentei, esse é o caso por exemplo dos movimentos feministas transnacionais lutando na agenda de Monterrey por uma mudança radical da visão de desenvolvimento atual e injustiças associadas (ver a terceira seção desse capítulo e o capítulo seguinte).

Fica clara, a mudança no pensamento de Tarrow de 1995 a 2005. Em seu trabalho com Della Porta (2005: 6), ele apresenta a ação coletiva transnacional como “a mudança mais dramática que vemos no mundo da contestação política.” Nesse caso, as coalizões transnacionais se formam “horizontalmente” contra alvos “verticais” comuns (idem: 9), ou seja, no caso de alguns movimentos a motivação mesma da mobilização se dá na esfera transnacional ou global, embora possa estar relacionada e retroalimentar lutas nacionais. Corroboro com essa idéia que considero ser chave para entender o caso da participação dos movimentos feministas em Monterrey.

O modelo *boomerang* (Keck e Sikkink, 1998) e o modelo espiral (Risse e Sikkink, 1999) tentam de alguma forma dar conta da interação com as esferas trans/internacional/global, porém ambos se baseiam em uma situação na qual a estrutura de oportunidades nacional está fechada e a estrutura de oportunidades internacional está aberta. No entanto, em alguns casos, os ativistas podem encontrar uma situação diferente e mesmo assim considerar necessário transnacionalizar suas ações. Esse é o caso de ações relacionadas a causas cujos esforços isolados de um Estado não são capazes de solucionar, seja pela transnacionalidade da causa (questões ambientais em nível macro, por exemplo) ou pelo pouco espaço de manobra que os Estados detenham frente a constrangimentos estruturais (a relação entre as possibilidades de políticas autônomas para o desenvolvimento e os constrangimentos econômicos causados pelo deslocamento de decisões políticas para instituições multilaterais, por exemplo). Assim, como dito anteriormente, em alguns casos, a motivação própria

da ação pode estar na esfera global, independente da origem do movimento ou da situação das estruturas de oportunidade política nacional, internacional ou transnacional.

Para Keck e Sikkink (1998), ao contrário, as redes, as coalizões e os movimentos têm por objetivo principal mudar o comportamento de Estados e OIs (Organizações Internacionais) – maior nível de “efetividade” buscado, segundo o modelo das autoras. Dessa forma, esse modelo ignora a possível centralidade da busca de mudanças não-institucionais por parte dos MSTs. Ou seja, ao estabelecer níveis de “efetividade” estáticos e institucionais para os MSTs, as autoras seguem a tendência questionável de negligenciar a dimensão informal e extra-institucional dos movimentos.

Alguns teóricos, ao contrário, tentam falar de mudança política sem passar necessariamente pelo Estado (Wapner, 1995). Sikkink (2003) argumenta que a dimensão de mudança cultural e social – o que Wapner (1995) chamou de política cívica mundial – é crucial e foi considerada no modelo desenvolvido por ela e Keck. No entanto, ela ressalta que “o Estado é ainda o repositório principal de poder e autoridade no mundo contemporâneo. [...] Os ativistas podem evitar temporariamente os Estados e dirigir-se diretamente ao campo transnacional. No entanto, em geral buscarão influenciar o nível nacional” (Sikkink, 2003: 317. Tradução minha).

Entretanto, concordo com Eschle quando afirma que:

“Jean Cohen e Andrew Arato argumentam que os movimentos tipicamente têm ‘faces duais’ e adotam ‘estratégias duais’: ‘uma política discursiva de identidade e influência que tem como alvo a sociedade civil e política [por um lado] e uma política organizada, estrategicamente racional de inclusão e reforma que visa a instituições políticas e econômicas [por outro].’ (Eschle, 2005: 20. Tradução minha).

No caso dos movimentos de mulheres, por exemplo, a política discursiva de identidade e influência que tem como alvo a sociedade política e civil – a mudança nas relações de gênero na sociedade – pode ser considerada um objetivo tão, ou mais, importante que mudanças institucionais.

“Pessoas associam movimentos de mulheres com campanhas para ganhar equidade de direitos perante a lei. Mas as mulheres têm freqüentemente buscado mudanças mais transformativas dos sistemas social, político e econômico porque sistemas masculinistas prevalecentes minam as lutas das mulheres por igualdade de gênero,

apesar da equidade de direitos formais [perante a lei].” (Peterson e Runyan, 1999: 165. Tradução minha).

Assim, concordo com o que Eschle e Stammers (2004) chamam de tendência a privilegiar por um lado a dimensão instrumental e por outro a dimensão expressiva do ativismo dos movimentos e a negligenciar a relação entre estas. A dimensão instrumental, foco do trabalho de Keck e Sikkink (1998), envolve “a articulação de estratégias e demandas concretas, frequentemente visando a instituições poderosas e com a intenção de produzir efeitos materiais específicos sobre relações sociais” (Eschle e Stammers, 2004: 345). Esta não é a única dimensão que importa no presente estudo e na política mundial. Argumento que mesmo quando em sua dimensão instrumental, no caso do ativismo feminista no processo de Monterrey, os movimentos estão buscando sua dimensão expressiva de mudança normativa, de cultura política e/ou resistência.

“A dimensão expressiva é orientada para a construção e reconstrução de normas, valores, identidades e estilos de vida dentro de um movimento e no meio social e cultural mais amplo.” (Eschle e Stammers, 2004: 345. Tradução minha)

A dualidade dos movimentos sociais com suas dimensões expressiva e instrumental como apresentada por Eschle e Stammers encontra ecos óbvios em trabalhos de autores representativos do debate sobre os movimentos sociais. Para Touraine (1995: 254), por exemplo, “um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural”. Justamente essa face dual do movimento social que o constitui enquanto sujeito, para Touraine, pois produzem e transformam a sociedade, ao invés de consumi-la (sancionando os papéis que lhes são atribuídos por outrem). Ao mesmo tempo, essa face dual alimenta as próprias fragmentações e contradições dos movimentos, constituindo-os como “um conjunto mutável de debates, de tensões e de divisões internas; fica entre a expressão da base e os projetos políticos dos dirigentes” (Touraine, 1999: 118). Essas contradições já problematizadas por Touraine (1995, 1999) são o cerne do debate que buscarei realizar em torno dos dilemas dos MFTs entre “fazer política” em espaços institucionais e não-institucionais.

Melucci (1989) oferece pistas para essa questão ao falar da multiplicação de instâncias políticas em diferentes áreas da vida social – bem como em diferentes instituições e organizações – como espaços onde se estabelecem relações políticas, definidas por ele (idem: 165. Tradução minha) como “aquelas que

permitem a redução da incerteza e a mediação de interesses opostos, através das decisões”. Esses espaços públicos são, para Melucci (idem: 173. Tradução minha), “um sistema articulado de tomada de decisão, negociação e representação, no qual as práticas de significado da vida cotidiana podem ser expressadas e ouvidas independentemente de instituições políticas formais”. Os Fóruns Sociais são exemplos claros de espaços públicos contemporâneos onde se dão relações que buscam debater e construir o político em esferas não-institucionais no sentido mais tradicional, porém não por isso menos permeado pela distribuição desigual das chances políticas e do poder político, como reconhece Melucci (idem: 167) ao falar de espaços públicos. Justamente as lógicas de poder que permeiam o engajamento em espaços – institucionais ou não – estabelecem alguns dos dilemas de participação dos MFTs em Monterrey e outros espaços do sistema ONU, bem como em espaços públicos como os Fóruns Sociais. Esse debate será aprofundado nos capítulos seguintes.

Além disso, outro problema comum nos estudos que tendem a privilegiar a dimensão instrumental dos movimentos sociais é a ênfase nas decisões estratégicas dos movimentos voltadas para mudanças institucionais, baseadas em cálculos racionais de custos e oportunidades da ação coletiva. Assim, Tarrow e Della Porta (2005) e sua visão dinâmica das estruturas de oportunidades políticas também oferecem ferramentas para superar outro problema do modelo de Keck e Sikkink (1998): a idéia de “oportunidades” que determinam possibilidades de “efetividade” está relacionada a uma perspectiva racionalizada do processo decisório dos movimentos sociais.

A partir dessa lógica, presume-se, em linhas gerais, que os MSTs poderiam ser estudados a partir de uma análise estática de seus objetivos de contestação política previamente estabelecidos, das oportunidades do ambiente e dos fatores que levam à “efetividade”⁸ de suas ações – “efetividade” aqui entendida em um sentido estrito como grau de institucionalização dos objetivos pretendidos (idem). Decorre dessa idéia que, ao analisar as oportunidades, os movimentos sociais transnacionais escolheriam deliberadamente mobilizar-se em torno de demandas cujas probabilidades de serem alcançadas fossem razoavelmente altas.

⁸ Utilizo o termo “efetividade” entre aspas até aqui e de agora em diante para indicar a minha rejeição do sentido estrito conotado ao termo nesse modelo teórico.

Do contrário, argumento que movimentos sociais engajam-se também em processos com pouca probabilidade de “efetividade” nesse sentido estrito, em razão de valores intrínsecos e não instrumentais. Concordo com Eschle e Maiguashca (2005) quando dizem que o significado que os movimentos dão às relações de poder importam em termos de se, não e como escolhem contestá-las. Desta forma, resistência seria uma forma de política. Isso não quer dizer que essa resistência só se dá em esferas não-institucionais quando as possibilidades de “efetividade” estritamente definidas são esparsas. Sendo a política de resistência um processo não só de oposição, mas também de proposição de alternativas (Eschle e Maiguashca, 2005), pode também acontecer em esferas institucionais, como uma tentativa de estabelecer um diálogo com outros atores (como OIs e governos).

Esses processos ficarão claros na análise da participação dos movimentos feministas no processo FfD e os dilemas decorrentes entre engajamento e resistência. Em razão desses dilemas, presentes cada vez mais nas experiências de contestação transnacional, alguns dos processos historicamente vividos pelos movimentos têm sofrido mudanças. No caso dos repertórios de ação coletiva por exemplo, movimentos têm utilizado táticas cada vez mais midiáticas e carregadas de informação como instrumentos de poder. Tarrow e Della Porta (2005: 12) falam da importância do desenvolvimento de formas de desobediência civil e da combinação de protestos com campanhas educativas, apresentações cômicas e atenção à mídia de massa para os novos repertórios de ação coletiva. Além disso, a elaboração de contra-relatórios e a utilização do sistema de *caucus*, por exemplo, são algumas das táticas frequentemente utilizadas por movimentos, inclusive os MFTs no processo FfD. No caso dos movimentos feministas, O'Brien et al (2000) chamam atenção ainda para a utilização de táticas pouco ortodoxas em razão da escassez de recursos e experiência em disputas políticas, como fica claro, por exemplo, em um protesto de mini-saias nas ruas de Monterrey, que embora tenha sido coordenado por ativistas locais, aproveitou-se justamente da visibilidade promovida pela localização da conferência da ONU na cidade.

Sendo assim, argumento que o ativismo feminista tem especificidades e contradições devido ao suporte de um discurso próprio, por vezes instável. A seguir, discuto as relações intrínsecas entre os feminismos enquanto projeto teórico e prático de mudança social radical.

2.3 O ativismo feminista

O(s) feminismo(s) consiste(m) em um conjunto de teorias sociais, políticas, de ética e moral, etc. Todas têm o pressuposto básico de que as sociedades são constituídas de relações desiguais de gênero que, por serem naturalizadas, muitas vezes não são percebidas. Essas teorias buscam desestabilizar, então, os papéis sociais atribuídos às idéias que fazemos de masculinidade e feminilidade. E ao questionar essas construções sociais, o feminismo não abre mão de seu teor normativo – implícito ou explícito –, caracterizado pela atribuição de valor à equidade de gênero enquanto objetivo de emancipação.

A normatividade inerente ao feminismo enquanto projeto intelectual teórico remonta à própria condição deste enquanto movimento, com um projeto prático associado de mudança social radical. Teorias feministas não existem no vácuo social, político e histórico. Ao contrário, elas estão imbricadas nos feminismos-movimentos, em seus diversos matizes. Todos desembocando na busca do empoderamento e emancipação das mulheres, através do desafio às opressões de gênero. As teorias feministas em seus diferentes matizes, entretanto, discordam quanto ao que constitui essas opressões e quanto à melhor maneira de desafiá-las (Tickner, 2001).

O feminismo contemporâneo pode ser remontado a uma tradição liberal dos séculos XVII, XVIII e XIX. Embora a maioria das feministas contemporâneas tenham ido além desta, não se pode subestimar que a maioria das reformas nas democracias liberais ocidentais que beneficiaram as mulheres têm suas bases nessa tradição (idem). O feminismo liberal, grosso modo, reivindica a inclusão das mulheres nos *frameworks* teóricos existentes e não sua reestruturação, como ficará claro na seção seguinte deste capítulo na forma como feministas liberais resignificaram a questão do desenvolvimento.

Os desafios ao feminismo liberal questionaram então essa abordagem em relação a possibilidade de igualdade entre homens e mulheres.

“O feminismo radical, que emergiu de movimentos políticos dos anos 60 e 70, argumentavam que o que é referido como ‘opressão’ das mulheres era muito profundo para ser eliminado pela remoção de barreiras legais [... R]adicais acreditavam que a opressão das mulheres é a primeira, mais profunda e mais difundida de todas as opressões humanas. [...] Diferente das liberais, as feministas

radicais não defendiam a idéia de que as mulheres deveriam aspirar ser iguais aos homens; ao contrário, elas deveriam celebrar as virtudes únicas das mulheres que, em sociedades patriarcais haviam sido menosprezadas.” (idem: 13 e 14. Tradução minha).

Esse tipo de argumentação radical deu origem a estudos que defendiam uma moral feminina baseada no cuidado (ver mais sobre teóricas como Gilligan, 1993 na seção seguinte desse capítulo). Porém, sofreu diversas críticas por essencializar a categoria “mulheres” como homogênea, sem considerar dinâmicas de classe e raça associadas, por exemplo (idem). No entanto, o feminismo radical foi o primeiro a questionar a epistemologia positivista da tradição liberal – através da utilização de teorias baseadas no ponto de vista (*women’s standpoint*) como ferramenta de análise – e a utilizar a categoria gênero que é tão central para as análises feministas contemporâneas (idem), como será argumentado mais adiante.

O feminismo socialista, com raízes no Marxismo, buscou superar o essencialismo do feminismo radical através da análise das diferenças entre as existências materiais de homens e mulheres como base da opressão de gênero. O papel reprodutivo das mulheres na dependência econômica das mulheres – mesmo quando estas participavam do mercado de trabalho – foi enfatizado. Como será visto na seção seguinte desse capítulo em relação à resignificação do desenvolvimento por feministas socialistas, os modos de reprodução foram analisados por estas como a fonte da opressão das mulheres, assim como os marxistas direcionavam seu olhar para os modos de produção como fonte da opressão de classe. Para tanto, a utilização da epistemologia *standpoint* foi mais desenvolvida pelas feministas socialistas do que por quaisquer outras (idem).

“Baseado em suas raízes marxistas, feministas socialistas definiram o ponto de vista (*standpoint*) como uma posição na sociedade a partir da qual alguns aspectos da realidade se tornam proeminentes e outros são obscurecidos. O feminismo de ponto de vista pressupõe que todo conhecimento reflete o interesse de valores de grupos sociais específicos, sua construção é afetada pelo contexto social, político, ideológico e histórico. O *status* de subordinação das mulheres significa que as mulheres, diferentemente dos homens (ou alguns homens), não têm interesse em mistificar a realidade de forma a reforçar o *status quo*; dessa forma, elas são mais passíveis de desenvolver um entendimento do mundo mais claro e menos enviesado.” (idem: 17. Tradução minha).

Essa perspectiva, no entanto, foi criticada pelas feministas pós-colonialistas, por feministas negras e por feministas pós-modernas que argumentaram que as feministas *standpoint* não conseguiram reconhecer as diferenças de raça,

preferência sexual e localização geográfica (idem). As teorias feministas contemporâneas ecoam amplamente nesses debates, porém perspectivas “pós-pós-modernas” têm cada vez mais questionado a capacidade do pós-modernismo – e seu intrínseco relativismo cultural e ceticismo com argumentações pelo saber teórico – de promover o projeto político de superação da opressão às mulheres que motivou o feminismo desde o princípio (idem). Essa breve apresentação não tem por objetivo esgotar o debate do campo teórico feminista⁹, mas oferecer pistas a respeito dos arcaibouços teóricos por traz dos feminismos-movimentos.¹⁰

Assim, os MFTs são movimentos sociais que se caracterizam pelo suporte teórico de perspectivas próprias. Como busquei demonstrar esses suportes teóricos são múltiplos; e se confundem no cotidiano dos MFTs, como também ficará claro na seção seguinte desse capítulo. Os feminismos-movimentos e as teorias feministas constituem análises, contradições e objetivos emancipatórios que alimentam as ações e discursos dos atores aqui estudados. Para entendê-los, portanto, faz-se necessário entender como gênero e feminismos se encontram na encruzilhada dos MFTs.

Para começar, faz-se necessária uma definição mínima de trabalho. Ao contrário do sexo, que é distinção biológica, gênero

“refere-se a comportamentos e expectativas socialmente aprendidos que distinguem masculinidade e feminilidade [... G]ênero socialmente aprendido é uma identidade adquirida através da performance de papéis de gênero prescritos.” (Peterson e Runyan, 1999: 5. Tradução minha).

Ao longo de décadas de construção e debate, feministas utilizaram gênero como base para suas análises da realidade social. Estas análises foram não poucas vezes mal compreendidas e deturpadas em torno de uma caracterização do feminismo como uma perspectiva excessivamente anti-masculina, ocidental e de elite. Esses problemas acarretaram não só a marginalização freqüente, mas a própria relutância de algumas mulheres de se definirem como feministas.

⁹ Para mais a respeito das diferentes perspectivas, ver Tickner (2001) e Sylvester (2002).

¹⁰ Dadas essas diferentes teorias feministas, posso afirmar que a presente dissertação busca se inserir no debate contemporâneo através da análise do ponto de vista (*standpoint*) dos MFTs no processo, sem com isso pressupor nenhuma capacidade de neutralidade. Entendo a teoria como intrinsecamente normativa e relacionada com a prática à qual se refere. A análise aqui se centra nos constrangimentos e oportunidades materiais e discursivas dos MFTs, com forte influência do feminismo socialista. Porém, ao fazê-lo, busco evitar a essencialização das experiências das mulheres como homogêneas, através da desestabilização da categoria de gênero à luz de outras categorias como classe, raça e nação.

No entanto, o ser feminista se define pela busca de um projeto de mudança social com maior equidade de gênero e não em auto-proclamações vazias e sem substância. Ou seja, há quem se diga feminista sem ser. E mais ainda, há quem seja feminista, relutando em afirmá-lo. Isso denota uma das muitas dificuldades das teorias-movimentos feministas.

Ser mulher não é, no entanto, ser feminista. E tampouco ser homem implica anti-feminismo. Esse tipo de dicotomia, embora ainda se sustente em alguns discursos radicais (e conservadores), encontra-se superada enquanto lugar-comum pouco esclarecedor da complexidade envolvida. Concomitantemente, a participação de mulheres em movimentos sociais não faz destes, necessariamente, movimentos de mulheres ou movimentos feministas. Movimentos de mulheres se caracterizam por serem “centrados nas mulheres em termos de liderança, foco e membros” (Runyan e Peterson, 1999: 164. Tradução minha). Isso não significa dizer que todo movimento de mulheres seja baseado em uma crítica das relações desiguais de gênero, ou seja, nem todos podem ser considerados feministas. Alguns são conservadores ou fundamentalistas e buscam manter, ao invés de desafiar essas relações (O’Brien et al, 2000).

Nesse sentido, pode-se dizer que os movimentos sociais são considerados feministas quando:

“os participantes conscientemente e deliberadamente relacionam desigualdade e opressão de gênero com outras formas de injustiça social, política, econômica e/ou ecológica de forma a transformar a sociedade civil, assim como Estados e mercados capitalistas.” (Peterson e Runyan, 1999: 165. Tradução minha).

O caso da participação de movimentos de mulheres no processo FfD é claramente um caso de mobilização feminista: os MFTs envolvidos relacionavam a opressão de gênero com as desigualdades envolvidas no processo de desenvolvimento de uma forma singular, como será aprofundado na parte seguinte deste capítulo e no próximo capítulo. No caso do ativismo feminista em FfD, é possível perceber os conflitos Norte-Sul e os conflitos entre soluções pragmáticas e de resistência dentro do ativismo feminista, que já haviam gerado dificuldades de aglutinação para a ação política ao longo das três décadas anteriores, como será apresentado no capítulo 3. Argumento, então, que a instabilidade do ativismo feminista se deve à própria instabilidade da base desse ativismo: a categoria de gênero. Explicito a seguir esse argumento.

Como apontado superficialmente há pouco, os MFTs têm como uma de suas características singulares entre os MSTs a utilização de gênero como categoria de análise para a (re)significação das questões em torno das quais se mobilizam. A utilização de gênero como lente para (re)significar questões é similar ao que as teorias de movimentos sociais chamam de *framing* (ver seção anterior deste capítulo).

Gênero configura-se, então, como categoria para *framing* de causas feministas, porém não é uma categoria própria das mulheres, mas das relações socialmente constituídas entre mulheres e homens. O conceito de gênero é intrinsecamente relacional, já que a definição das categorias de masculinidade e feminilidade são interdependentes. Os valores atribuídos a essas categorias variam drasticamente no tempo e entre culturas, mas, apesar dessa variação, gênero configura-se como relação de desigualdade, inclusive nas sociedades modernas ocidentais (Peterson e Runyan, 1999). Ao longo do tempo, as relações desiguais de gênero são institucionalizadas e naturalizadas, não sendo vistas como construção social.

Assim, ao mesmo tempo em que se configura como categoria de análise com a qual os MFTs (re)significam as questões em torno das quais se mobilizam, gênero pode gerar classificações que criam e reificam diferenças entre homens e mulheres como essenciais, universais e ahistóricas. Uma das contradições presentes no feminismo decorrente dessa essencialização de gênero é a tendência a rejeitar ou a valorizar excessivamente as diferenças de gênero. No caso da economia feminista, das críticas feministas ao processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, dos discursos dos MFTs na agenda FfD, dita contradição está presente na valorização do trabalho reprodutivo associado às mulheres, por um lado, e a rejeição do papel desse mesmo trabalho doméstico na criação e manutenção da subordinação das mulheres, por outro lado. Esse tipo de contradição pode ser superado através do reconhecimento da instabilidade da categoria “mulheres” enquanto um grupo homogêneo e inerentemente solidário em suas respectivas opressões. Do contrário, como dito anteriormente, não existe “irmandade global” (*global sisterhood*). Logo, a problematização da relação da categoria gênero com outras estratificações sociais, como raça, classe e nação pode permitir ir além de caracterizações fáceis e questionáveis a respeito da associação inevitável entre diferentes mulheres (Barker, 2005).

No entanto, a instabilidade da categoria gênero também permite problematizar diferentes esferas da vida social, desestabilizando questões antes essencializadas. Por exemplo, como as relações desiguais de gênero são estruturantes das relações sociais e afetam não só o tratamento dos direitos humanos, mas também de segurança, meio ambiente e economia, os MFTs não se restringem a tratar de questões mais explicitamente ligadas à situação das mulheres, como direitos reprodutivos e violência contra as mulheres. Para além dessas questões, os MFTs na agenda FfD e nas três décadas anteriores associaram gênero e desenvolvimento de forma irrefutável, apesar das dificuldades de romper as fronteiras do saber convencional sobre o tema.

O ativismo feminista em torno do desenvolvimento tem buscado romper fronteiras do que é político, da mesma forma que o ativismo feminista em torno de outros temas. Assim, MFTs mobilizados em torno do tema da violência contra as mulheres tiveram o grande mérito de incluir a esfera privada no discurso dos direitos humanos, fazendo com que a violência perpetrada no âmbito familiar constituísse violação de direitos humanos por omissão do Estado. Isso levou a uma reconfiguração de fronteiras entre o público e o privado, politizando a esfera privada (Keck e Sikkink, 1998).

De forma similar, os MFTs mobilizados em torno do tema de gênero e desenvolvimento propõem uma releitura da economia e sociologia do desenvolvimento, tornando visíveis relações de poder de gênero e o trabalho reprodutivo, associado às mulheres, que se dão no espaço privado do lar e em esferas micro-sociais comunitárias. Ao levantar a questão da invisibilidade desses temas na teoria econômica convencional e no discurso sobre o desenvolvimento, essas redes obtêm novas ferramentas discursivas e de ação para a luta política. As feministas enfatizam que o mercado é uma instituição social, com normas e práticas sociais e, portanto, não é normativamente neutro, mas reforça e reflete as desigualdades de gênero (Çagatay, Elson e Grown, 1995). Nessa perspectiva, tanto o mercado quanto a esfera privada são politizadas, desafiando as fronteiras do político.

Como consequência, a opressão de gênero sofrida por mulheres em diferentes sociedades, embora assumam matizes distintos, torna-se um fio condutor da solidariedade que potencializa a transnacionalização do movimento feminista. No entanto, essa solidariedade vai além do sentimento de

pertencimento a uma parte da população que sofre opressão, já que mesmo os homens e mulheres que não sofrem a mesma opressão podem se solidarizar. Segundo Finnemore e Sikkink (1998: 898), é necessário fazer referência à empatia, ao altruísmo e ao compromisso ideológico para entender a motivação de “empreendedores de normas”, que, por vezes, agem em benefício de outrem, mesmo quando seu próprio bem-estar está em risco. Isto envolve importantes reconfigurações entre o singular e o coletivo, entre a opressão sofrida e o sentimento de solidariedade, mesmo por parte dos que não sofrem a mesma opressão.

Essa idéia das solidariedades transnacionais na luta pela equidade, que vão além do reconhecimento identitário, encontra eco na defesa de Fraser (2000) da superação da dicotomia entre a política de reconhecimento e a política de redistribuição. Aliás, o discurso dos MFTs em torno do desenvolvimento é em si mesmo uma rejeição dessa dicotomia.

Fraser (idem) debate sobre como as reivindicações pelo reconhecimento da diferença (política de reconhecimento) através da afirmação de identidades antes negadas tornou-se predominante entre movimentos sociais como o feminismo. Ela problematiza como essa predominância tem se dado em detrimento de reivindicações por redistribuição igualitária (política de redistribuição), antes central para a contestação política¹¹.

Segundo a autora, o que é mais problemático na substituição da política de redistribuição pela política de reconhecimento é que esta substituição se deu através da reificação de identidades de grupos e também em um momento de exacerbação das desigualdades de distribuição econômica. Os MFTs na agenda FfD rejeitam essa dicotomia entre redistribuição e reconhecimento ao estabelecer uma relação intrínseca entre a opressão de gênero – usualmente associada com a cultura – e a desigualdade econômica – usualmente definida como pertencendo a um outro registro de organização social. Para estes MFTs, a desigualdade de gênero se sustenta na desigualdade econômica e vice-versa, de forma contínua e recíproca. Da mesma forma, para Fraser (idem), a cultura – o espaço das

¹¹ Essa dicotomia se reflete na dificuldade de feministas – usualmente associadas à política de reconhecimento – de encontrar espaços no movimento anti-globalização – usualmente associado à política de redistribuição –, como apontado por Eschle (2005). Mais a respeito no capítulo seguinte.

identidades de grupo – é um espaço de injustiça profundamente inter-relacionado com a desigualdade econômica – preocupação da política de redistribuição.

Concomitantemente, os MFTs aqui estudados consideram impossível entender a desigualdade econômica entre homens e mulheres sem entender as normas de gênero vigentes e estruturantes da divisão sexual do trabalho¹². Bem como consideram impossível mudar a desigualdade econômica sem mudar os valores de gênero que estão intrinsecamente relacionados com esta.

Assim, com a inserção da afirmação da importância de ambas políticas (de reconhecimento e de redistribuição) para as lutas dos movimentos sociais, Fraser afirma que podemos ir além de abordagens identitárias que se preocupam mais com a coesão dos atores para entender seu comportamento. Ao superar a falsa dicotomia entre identidade e desigualdade econômica, podemos entender a profunda inter-relação entre os valores culturais institucionalizados e a opressão econômica – entre questões de gênero, raça e classe – que não se pode pretender dissociar na teoria ou na prática dos MSTs.

Assim, gênero, enquanto categoria instável, gera instabilidades, mas permite ir além do lugar-comum nas análises da realidade social. Isso está presente na própria relação dos MFTs com o espaço da sociedade civil. Como visto anteriormente, a ênfase na transformação da sociedade civil distingue os movimentos feministas de alguns movimentos sociais, que, embora busquem transformar a sociedade, muitas vezes não o fazem como objetivo último ou o fazem dentro de uma perspectiva de valorização da sociedade civil como espaço democrático e avançado.

“As feministas tendem a ir além de muitas formulações críticas da sociedade civil, argumentando que a sociedade civil não é autônoma em relação ao Estado e ao mercado, e nem sempre resiste aos efeitos negativos dessas forças. [...] Assim como há aspectos progressistas da sociedade civil, há também dimensões regressistas na medida em que a sociedade civil reproduz estruturas opressivas (como a família patriarcal) e ideologias (como machismo, racismo e homofobia).” (Peterson e Runyan, 1999: 164. Tradução minha).

¹² A escolha pelo termo “divisão *sexual* do trabalho” e não de gênero é consciente e tem por objetivo não perder de vista as bases materiais do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, que dizem respeito também às condições biológicas de gravidez e lactação – e até (pré)menstrual, como diriam algumas feministas (Harstock, 1997) – das mulheres, e não somente a questões sócio-culturais.

Ao contrário de alguns movimentos que podem buscar mudanças políticas formais, os MFTs têm como objetivo mais amplo o que Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) denominam de política cultural dos movimentos sociais, através da transformação nas relações de poder de gênero estruturantes dos sistemas social, político e econômico.

No caso dos movimentos feministas, o projeto político de mudança social que promovem tende a não ter simpatia pública generalizada, pois os desafios às relações desiguais de gênero baseiam-se em um projeto de transformação social que mudaria fundamentalmente a ordem social e as relações de poder vigentes. Além disso, esses desafios são freqüentemente vistos como ameaçadores em muitas sociedades e o feminismo é visto como a preocupação de uma elite urbana, não-representativa, ocidental e excessivamente anti-masculina (O'Brien et al, 2000).

Por causa dessa falta de apoio público e dos constrangimentos estruturais ao ativismo das mulheres (tempo limitado para ativismo em razão da jornada dupla de trabalho, escassez de recursos financeiros e de experiência política, dada a própria marginalização das mulheres), esses movimentos utilizam táticas de ação coletiva pouco ortodoxas (idem: 32-33), como já foi dito e ficará claro no capítulo seguinte na apresentação de exemplos de demonstrações dos MFTs em Monterrey.

Essas limitações para o ativismo feminista encontram paralelos nas metáforas de fronteiras do internacional. Uma das principais críticas à disciplina de RI feita por teorias marginais no campo é aquela que tenta desestabilizar a tentativa do *mainstream* de estabelecer as fronteiras de RI. Uma disciplina que foi forjada a partir das dicotomias entre o externo e o interno às fronteiras geográficas do Estado-Nação, acabou estabelecendo suas bases sobre diversas outras fronteiras para legitimar sua própria existência: *mainstream*/marginal, nacional/internacional, soberania/anarquia, público/privado, propriedades de quem pode e quem não pode ser considerado ator, a valorização de uma perspectiva masculinista de mundo em detrimento de valores associados usualmente ao feminino, etc (Tickner, 1997; Tickner, 2001; Enloe, 2000; Sylvester, 2002).

“A separação das esferas pública e privada, reforçada pela revolução científica do século XVII, resultou na legitimação do que é percebido como atividades

‘racionais’ (como a política, economia e justiça) na esfera pública, e ao mesmo tempo na desvalorização de atividades ‘naturais’ (como gestão do lar, cuidado das crianças e cuidado em geral) na esfera privada.” (Tickner, 1997: 621. Tradução minha).

Dadas essas dicotomias, as teorias feministas têm encontrado dificuldades de se estabelecer no campo, por representar perspectivas comumente marginalizadas. Assim, apesar de terem surgido no campo das RI no final dos anos 80 tentando analisar a política mundial através de lentes sensíveis a gênero, as teorias feministas continuam marginalizadas e sendo questionadas sobre a importância de gênero para o entendimento do sistema internacional (Tickner, 1997)¹³. As feministas afirmam, no entanto, que “relações individuais de gênero entram e são elementos constitutivos de todo aspecto da experiência humana” (idem: 615. Tradução minha). Isso não implica dizer que todas as teorias feministas nas RI estão relacionadas a epistemologias e ontologias idênticas, porém

“existe uma ressonância forte [entre feminismo e pós-positivismo] por diversas razões, incluindo o compromisso com o pluralismo epistemológico assim como certas sensibilidades ontológicas. [...] Feministas são geralmente céticas em relação a metodologias empiricistas que reivindicam neutralidade dos fatos.” (idem: 619. Tradução minha).

Da mesma forma, os MFTs encontram frequentemente em seu ativismo transnacional a fronteira do que é passível de ser considerado um tema de interesse em um fórum internacional. Em Monterrey e encontros preparatórios não foi diferente. Os MFTs, ao contrário de muitos MSTs, passaram boa parte de seu tempo buscando justificar a importância da questão de gênero para o debate sobre o desenvolvimento, não só nos encontros oficiais, mas mesmo em encontros da “sociedade civil”, como será demonstrado no capítulo 3. Assim, da mesma forma que as teorias feministas são marginais na disciplina de RI, os MFTs são marginais no processo de Monterrey. Os discursos feministas em torno do desenvolvimento encontram-se às margens do que é considerado um tema político na agenda FfD. De fato, em um dos encontros de *follow-up* da conferência que presenciei na condição de estagiária da UNIFEM em New York em outubro de 2007, o moderador de uma mesa rejeitou a intervenção de uma feminista sobre a

¹³ Essa relação não pacífica entre feminismos e RI é fonte de muitas considerações no campo da disciplina – especialmente por parte das feministas, é claro – e que vão muito além do escopo desse trabalho. Para mais a respeito, ver os trabalhos referenciados aqui.

importância da economia dos cuidados no processo de desenvolvimento, alegando que o tema – apesar de importante – não concerniria à agenda FfD.

A localização dos MFTs nas margens da fronteira do que é considerado político em FfD é imposta de fora, dado que as feministas buscam promover a centralização de suas preocupações na agenda do desenvolvimento¹⁴. No entanto, as fronteiras a serem transgredidas são múltiplas e constituem um desafio claro com o qual as feministas têm que lidar em seu cotidiano. Nadia Johnson (2007) – em entrevista concedida a mim a respeito de sua participação em FfD como representante de uma importante organização feminista – define o ativismo feminista como “uma luta constante”.

Dadas as diversas fronteiras da luta pelo significado do político e as conseqüentes contradições do ativismo feminista, outro ponto essencial desse ativismo – especialmente no que diz respeito ao engajamento entre MFTs e OIs – é o que Alvarez (1999) chama de identidade híbrida das organizações feministas, com faces “movimento-ativista” e “técnica-profissional”. Por um lado, as ONGs (Organizações não-governamentais) feministas participam de campanhas de contestação política, de redes de ativismo e movimentos locais, nacionais e transnacionais – atividades associadas às suas faces “movimento-ativista”. Por outro lado, essas ONGs são vistas como *experts* em gênero e são contratadas por Estados e OIs na assessoria e execução de programas sociais – atividades associadas às suas faces “técnica-profissional”. Em razão da dependência financeira de muitas ONGs, com relação a esse tipo de contratação por parte do Estado e das OIs, o tempo e os recursos dedicados pelas ONGs às suas faces ativistas têm sido limitados e, por conseqüência, a própria identidade híbrida das ONGs feministas tem sido prejudicada.

Ademais, por serem consideradas especialistas, essas ONGs muitas vezes são tomadas como equivalentes e/ou representativas da sociedade civil, sem que necessariamente o sejam. Dessa forma, as OIs e os Estados dedicados a promover conferências ditas inclusivas da “sociedade civil”, financiam a participação de ONGs nessas conferências (Alvarez, 1999). Como as ONGs beneficiadas pelos financiamentos são via de regra aquelas que são consideradas capazes e que possuem um discurso convergente com as organizações financiadoras, tende-se a

¹⁴ Mais sobre a idéia de “*gender mainstreaming*” na seção seguinte desse capítulo.

marginalizar os atores voltados para atividades orientadas para sua face ativista e que buscam um discurso de oposição e monitoramento.

No processo FfD, uma parceria entre UNIFEM e uma organização feminista – apresentada mais a fundo no capítulo 3 – tentou superar a marginalização de ativistas feministas mais contestatórios, através do financiamento e articulação de consultas regionais de MFTs e organizações que de outra forma não poderiam participar do processo. No entanto, apesar de que uma OI tradicionalmente menos conservadora como a UNIFEM se mobilizasse para corrigir desigualdades de participação, FfD ofereceu diversos constrangimentos para esse engajamento, que vão além de questões financeiras.

Por um lado, dada a tecnicidade envolvida nas discussões e a falta de preparo de muitas ONGs feministas e MFTs – assim como demais MSTs – de se envolver em debates altamente especializados, FfD foi pouco atrativo para alguns movimentos de base. Além de estarem assoberbados com questões de cunho local ou regional, esses movimentos muitas vezes sequer entendiam o propósito e os potenciais do processo FfD. Por outro lado, durante todo o processo preparatório, FfD foi visto como um processo demasiadamente centrado em New York, com consultas regionais muitas vezes fechadas para o acesso da sociedade civil.

Por fim, alguns movimentos que poderiam engajar-se tecnicamente nos debates e que poderiam conseguir recursos para comparecer aos encontros preparatórios escolheram não participar do processo por considerá-lo dominado por interesses pouco condutivos a seu ativismo. Mesmo assim, FfD contou com a participação de MFTs de suma importância para o ativismo feminista em torno do tema do desenvolvimento como foi o caso de DAWN e ainda mobilizou MFTs para a criação de uma coalizão chamada Iniciativa Feminista de Cartagena, que manteve um discurso contestatório até o fim do processo. Esses fatos serão aprofundados nos capítulos 3 e 4.

Por ora, dado que o momento é de entender o ator MFTs, apresento a seguir como estes (re)significaram o projeto do desenvolvimento a partir da utilização da análise de gênero.

2.4 Gênero e o “Desenvolvimento”

Para analisar a singularidade da experiência dos MFTs em Monterrey, entendo ser essencial antes apresentar os arcaibouços teóricos que permeiam os discursos desses movimentos. Na parte anterior desse capítulo, debati a intersecção dos “feminismos-movimentos” com as “teorias feministas”. Nesta parte, tratarei de como os MFTs, utilizando-se de ferramentas de análise feministas, resignificaram o tema do desenvolvimento.

Antes, gostaria de fazer algumas ressalvas. James Ferguson (1990), em um livro que consiste em uma crítica extremamente lúcida do “desenvolvimento”, o problematiza como a “Máquina de Anti-política” por defender que este processo se trata de um discurso de controle que despolitiza o debate sobre as estratégias dos governos e agências e sobre os destinos das populações “beneficiadas” e que despolitiza a pobreza – caracterizando-a como um problema técnico. O discurso do “desenvolvimento”, segundo ele, permite legitimar algumas formas de organização social em detrimento de outras.

Por considerar que o “desenvolvimento” é um conceito problemático e como um lembrete de que seu objetivo no livro é problematizá-lo, Ferguson opta por escrever o termo “desenvolvimento” sempre entre aspas, um recurso de estilo bastante perspicaz. Apesar de minha clara afeição pela crítica de Ferguson, no entanto, considero que se tornaria cansativa a utilização deste recurso. Ainda mais porque o objetivo aqui não é prioritariamente desconstruir o processo, mas apresentar a problematização deste feita pelas feministas.

Isso não significa dizer que não existam perspectivas feministas que desconstroem e rejeitam a idéia de desenvolvimento. Existem sim perspectivas pós-desenvolvimentistas feministas, porém esse obviamente não é o caso das perspectivas que alimentam os discursos dos MFTs em Monterrey e demais fóruns internacionais sobre o tema. Do contrário, estes MFTs problematizam o desenvolvimento com o objetivo de propor alternativas (radicais) feministas e não para desacreditá-lo enquanto projeto de mudança social. Assim, optei por retirar as aspas ao longo do texto para evitar o cansaço do leitor, mas as mantive somente nos títulos das seções e da dissertação para representar o quão problemática é a idéia de “desenvolvimento”.

Desenvolvimento é um campo de análise e prática extremamente debatido e contestado. Trata-se de um projeto intelectual e prático de mudança social que visa a alguma visão de progresso, seja este entendido como crescimento econômico, liberdade de escolha de oportunidades individuais (Sen, 1999), emancipação individual e coletiva, capacidade de “aspirar” (Appadurai, 2004)... as definições são diversas, como parecem ser diversas também as discussões sobre a viabilidade desse projeto. Tendo emergido especialmente no pós-Guerra enquanto projeto de intervenção nos destinos de populações do que então começava a ser chamado de Terceiro Mundo, o desenvolvimento tem uma trajetória disputada. Na intersecção da articulação de múltiplos atores com diferentes agendas – como países desenvolvidos e em desenvolvimento, OIs, academia, *experts* de campo e organizações da sociedade civil –, o desenvolvimento foi se constituindo de debates aparentemente insolúveis.

No centro da disputa frequentemente estavam o papel do Estado, o que significava desenvolver um país e, mais recentemente, a função social do discurso do desenvolvimento como manutenção de uma indústria com valores ocidentais, permeada de disputas políticas e pouco atenta a outros saberes. As diferentes escolas de pensamento prometiam soluções a partir de um discurso que justificava o uso de certas ferramentas de intervenção econômica sobre as bases de uma racionalidade pouco discutida.

Assim, a forte influência keynesiana no pós-Guerra permitiu a dominação da Teoria da Modernização e o contraponto da Teoria da Dependência, ambas centradas no papel de um Estado forte e interventor, embora enfatizando diferentes aspectos das razões do subdesenvolvimento e do que levaria ao desenvolvimento. Ambos, no entanto, olhavam a experiência dos países considerados “desenvolvidos” para analisar as possibilidades de desenvolvimento dos demais.¹⁵

Essa tendência de olhar a experiência dos países desenvolvidos continuou, porém com conclusões opostas após a crise dos anos 70. A resposta dominante passou a ser mais mercado e menos Estado, não como estratégia para países em desenvolvimento, mas como a única política econômica possível para qualquer

¹⁵ As diferenças entre ambas merecem uma atenção mais detalhada, para além do objetivo aqui proposto. Para mais, ver Rostow (1960), Valenzuela & Valenzuela (1978), Gunder Frank (1967) e Cardoso e Faletto (1969).

Estado buscando estabilidade e crescimento. A retomada da economia neoclássica foi simbolizada pela emergência de governos de direita no Primeiro Mundo (especialmente Reagan nos EUA e Thatcher na Inglaterra) e pelos Programas de Ajuste Estrutural coordenados pelo Banco Mundial e FMI (Fundo Monetário Internacional).¹⁶ A possibilidade de progresso foi mais uma vez não questionada, mas as críticas dos países do Terceiro Mundo e movimentos sociais – bem como outros atores envolvidos no processo – não tardaram a aparecer.¹⁷

Embora baixo críticas, essa nova visão de desenvolvimento – ou da falta de ação para o desenvolvimento como política – continua dominante nas grandes agências e nas políticas dos grandes doadores, como o Consenso de Monterrey deixa absolutamente claro.¹⁸ É justamente buscando se opor a esse processo, buscando resignificar o desenvolvimento em novas bases – mas sem abandonar a possibilidade desse projeto – que os MFTs se engajaram na agenda FfD.

Como ficará claro no capítulo seguinte, a participação na agenda FfD foi um desdobramento do engajamento anterior com o sistema ONU, bastante intensificado a partir da Década da ONU para as Mulheres (1975-85). Parto então agora para a análise do engajamento de teóricas feministas com o tema e os conseqüentes desdobramentos para o ativismo feminista.

Apesar de que o desenvolvimento não seja uma preocupação prioritariamente do campo da economia, foram as economistas feministas que mais influenciaram o debate feminista sobre o desenvolvimento. A economia feminista é um projeto de conhecimento para a transformação feminista da economia, preocupada prioritariamente com a situação das mulheres (Barker, 2005).

Porém, a economia feminista está constituída de contradições diversas por encontrar-se na intersecção dos estudos de gênero e da “ciência” da economia, dois campos de estudo aparentemente – e por muito tempo – incongruentes. Assim, a economia feminista utiliza “gênero” como categoria analítica para trabalhar hierarquias naturalizadas pela economia, porém sofre contradições pois a situação das mulheres tem a ver tanto com classe, raça e nação quanto com

¹⁶ Para uma visao do tipo de discurso à época, ver World Bank Development Reports (1979, 1981).

¹⁷ Ver Ferguson (1990) e iniciativas como o protesto de Seattle e os Fóruns Sociais.

¹⁸ O debate é muito mais amplo do que essa breve síntese e vai muito além do escopo dessa dissertação. Para ir além, o livro de Rapley (1996) é um bom manual introdutório. Além disso, os outros textos já citados podem servir de entrada para esse extenso e contraditório debate.

gênero. Ademais, defende a melhoria da situação de mulheres pobres, mas o faz a partir de posições de poder relativo e privilégio, próprios daqueles que se encontram no meio acadêmico. Beneficia-se do prestígio científico da Economia, ao mesmo tempo em que questiona as metodologias que deram à Economia seu *status* de ciência. Logo, sofre dilemas típicos do caráter interdisciplinar do feminismo e da instabilidade das categorias “mulheres” e “gênero”¹⁹ (idem).

A economia neoclássica foi pioneira no tratamento de questões relacionadas às mulheres (o que não significa necessariamente questões de gênero). Com a intensificação dos movimentos de mulheres, as questões relacionadas a elas foram tratadas de duas maneiras diferentes pela economia: por um lado, através de modelos neoclássicos ou variações dentro do *mainstream*; por outro lado, através de perspectivas mais críticas (Benería, 1995).

A maioria dos economistas interessados nas questões das mulheres continuou a utilizar modelos neoclássicos. Esses modelos, no entanto, não permitiam perguntar e responder as questões sobre relações assimétricas de poder levantadas pelas feministas, já que presumiam relações harmoniosas dentro do lar que não ajudavam a entender interesses conflitantes entre membros de uma mesma família (idem).

A história de como perspectivas mais feministas começaram a surgir e se consolidar é confusa e contada de forma bastante diversa na literatura. Existe, no entanto, uma comum insistência entre algumas autoras em representar essa história através da sucessão de três perspectivas: Women in development (WID), Women and development (WAD) e Gender and development (GAD). Nesta narrativa, cada uma das perspectivas oferece avanços em relação à “anterior” e se mostra cada vez mais “verdadeiramente” feminista.

No entanto, essa narrativa é contestável e contestada. Proponentes de WID (Tinker, 2004) – ainda dominante nas agências internacionais de desenvolvimento – defendem essa perspectiva, embora no caso de algumas OIs esta esteja mascarada sob o rótulo de GAD (mais sobre isso adiante). Outros teóricos (Saunders, 2002) defendem que a caracterização de WAD é forçada e pouco explicativa. Além disso, no discurso dos MFTs muitas vezes WID, WAD e GAD são citados como sendo a mesma coisa, o que contribui para a intensificação da

¹⁹ Sobre a idéia de instabilidade de gênero, ver seção anterior desse capítulo.

confusão. Como se não bastasse, algumas autoras (Visvanathan, 1997) fazem referências a Women, environment and development (WED) e Perspectivas do Sul, como algo aparte de WID, WAD e GAD.

Apesar da confusão, é necessário apresentar, ainda que brevemente, essas perspectivas. Essa história muitas vezes começa fazendo referência à publicação de “Women’s Roles in Economic Development” de Ester Boserup em 1970. No livro, freqüentemente citado como precursor de WID (Tinker, 2004), Boserup analisou o impacto dos projetos de desenvolvimento na vida das mulheres do Terceiro Mundo e concluiu que mesmo em países em que as mulheres participavam amplamente na agricultura, elas eram freqüentemente classificadas como “donas-de-casa” ou “economicamente inativas” (idem). Além disso, esses projetos tinham a tendência de priorizar

“o trabalho masculino em empregos remunerados nos setores modernos em detrimento relativo das mulheres. As poucas oportunidades disponíveis para as mulheres no setor moderno significavam que elas estavam relacionadas em larga medida aos setores de subsistência e informais.” (Saunders, 2002: 4. Tradução minha).

Construindo a partir do trabalho de Boserup, algumas mulheres e homens envolvidos com o tema do desenvolvimento começaram a chamar a atenção dos formuladores de política americanos para a invalidade da premissa de que a “modernização” (base do discurso de WID) automaticamente aumentaria a equidade de gênero. Os esforços para influenciar a United States Agency for International Development (USAID) resultou na Percy Amendment em 1973, que tornava obrigatórios estudos de impacto social sensíveis a gênero em todos os projetos de desenvolvimento (Connelly et al, 2000).

A abordagem WID tinha como foco a igualdade de oportunidade para as mulheres – especialmente a entrada das mulheres no mercado de trabalho – e argumentos pela eficiência das mulheres, ou seja, que resultados viriam quando se investisse nelas. Em razão disso, WID é geralmente caracterizada como uma perspectiva que se encontra na interseção do feminismo liberal com a teoria da modernização (idem; Visvanathan, 1997; Saunders, 2002).

WID passou rapidamente a ser uma preocupação de muitas agências governamentais – especialmente canadenses, nórdicas e holandesas – e internacionais, tornando-se o termo da Década da ONU para as Mulheres (Barker,

2006). Após a primeira conferência em 1975 no México, diversos governos criaram pastas ministeriais e secretarias no tema das mulheres, e agências de desenvolvimento internacionais contrataram especialistas em WID (Connelly et al, 2000). No entanto, Kabeer (1994) faz a ressalva de que as idéias de Boserup não teriam tido esse impacto se não tivesse havido nas duas décadas anteriores uma insatisfação geral entre aqueles que trabalhavam com o desenvolvimento com as definições de desenvolvimento como crescimento econômico. Esse momento de críticas levou à reformulação na década de 70 dos objetivos do desenvolvimento, enfatizando a pobreza e as necessidades básicas. Essa mudança permitiu, portanto, o aumento da atenção à situação das mulheres.

Até aquele momento, o elo entre mulheres e desenvolvimento era feito a partir da análise do papel das mulheres nos temas da alimentação e da população. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) enfatizou o papel essencial das mulheres na produção alimentar, especialmente na África. E diversos estudos estabeleceram a relação entre a situação das mulheres (educação, participação no mercado de trabalho) e as taxas de fertilidade (Kabeer, 1994).

Para Kabeer e Visvanathan (1997), a atenção a questões de alimentação e populacional se deu através de uma *abordagem de bem-estar* pré-Boserup. Esta abordagem foca nos papéis reprodutivos das mulheres, incluindo programas de controle populacional, visto como causa principal da pobreza (Visvanathan, 1997). A partir de Boserup, essas autoras utilizam metáforas de diferentes abordagens de WID ao longo do tempo.

A *abordagem de igualdade* de Boserup – dominante nos discursos dos MFTs na Década da ONU para as Mulheres – desafiava a idéia de convergência entre as mulheres e papéis domésticos, através do foco nos papéis produtivos das mulheres. Nesse contexto, o objetivo deveria ser integrar as mulheres no processo de desenvolvimento produtivamente, ou seja, dando igualdade de oportunidades através de educação e treinamento (idem; Kabeer, 1994).

No entanto, dado o alto custo político e econômico dessa estratégia, as agências de desenvolvimento enxugaram as metas em torno da caracterização das mulheres como chefes de famílias de baixa renda, focando em sua responsabilidade com o cuidado das crianças. Nesse contexto, o objetivo era o alívio da pobreza e medidas de aumento de renda para atingir necessidades

básicas. Essa *abordagem de anti-pobreza* e necessidades básicas ecoava no tom da direção do debate do desenvolvimento na época (com o direcionamento de “*basic needs*” do Banco Mundial na década de 70), criava pouca oportunidade para a mudança da posição das mulheres na sócio-economia do desenvolvimento e estabelecia uma continuidade com a abordagem do bem-estar (idem).

A *abordagem da eficiência* é a mais atual em WID e está relacionada com os programas de ajuste estruturais do FMI na década de 80. Nesse contexto, o investimento nas mulheres é justificado pela defesa da produtividade das mulheres enquanto agentes econômicos (idem; Visvanathan, 1997). Tais justificativas são profundamente criticáveis, visto que o foco na produtividade torna justificável o não investimento quando as mulheres não forem consideradas eficientes ou rentáveis. O imperativo moral pela equidade, nesse caso, cede lugar a lógicas de mercado que justificariam o investimento enquanto as mulheres forem produtivas. Essas mudanças discursivas se deram enquanto respostas ao rumo que os programas de desenvolvimento tomavam ao longo do tempo, dada a necessidade de adaptação às próprias mudanças no *establishment* do desenvolvimento.

Apesar da importante contribuição de Boserup, muitas críticas foram feitas a WID por centrar-se na exclusão das mulheres do processo de desenvolvimento, ou seja, de recursos e oportunidades, e não na crítica do processo em si (O’Brien et al, 2000). Surgida nas agências bilaterais do Norte, essa abordagem parte da premissa de que as instituições ocidentais têm a maioria das respostas, ignorando a contribuição de saberes locais. Além disso, dada a sua base na teoria da modernização, WID vê o processo de desenvolvimento como uma relação entre governos, vendo o Estado como uma solução para o avanço das mulheres e se abstendo de criticar governos do Terceiro Mundo (idem).

“A análise de WID da subordinação das mulheres era superficial e assistemática; culpava os ‘preconceitos’ dos planejadores pela marginalização das mulheres, ao invés de analisar mais profundamente os fatores estruturais endógenos ao processo de desenvolvimento que estavam trabalhando contra as mulheres.” (Razavi, 1997: 1114. Tradução minha).

Ao contrário das perspectivas que surgiram posteriormente, proponentes de WID (Fraser e Tinker, 2004) tendem a fazer pouca ou nenhuma referência às demais perspectivas em sua narrativa sobre a inclusão do tema das mulheres nos debates sobre o desenvolvimento. Ademais, consideram a utilização da

terminologia de gênero em detrimento de “mulheres” uma perda de força analítica. Isso porque, justificam, gênero é um conceito complexo e exige também a consideração de questões masculinas, quando a necessidade de projetos só sobre mulheres ainda é proeminente (Tinker, 2004).

Para Tinker (2004: xv. Tradução minha), a substituição de termos é “um ataque político no poder dos movimentos de mulheres feito por homens e mulheres desconfortáveis com o crescente empoderamento das mulheres”. No entanto, essa afirmação parte da premissa equivocada de que a inclusão do termo gênero se deu à revelia dos MFTs, enquanto atores ingênuos e manipulados. Ao contrário, muitos MFTs têm promovido a utilização de GAD e não sofrido um “ataque” de outrem. Além disso, a afirmação demonstra um otimismo em relação ao “crescente empoderamento das mulheres” que é pouco compartilhado pelos MFTs, em geral. O otimismo de Tinker, enquanto um dos nomes mais proeminentes de WID, pode ser também notado a seguir:

“as realizações das mulheres ao longo das últimas quatro décadas foram verdadeiramente fenomenais. A forma como **as mulheres influenciaram e mudaram profundamente as políticas internacionais de desenvolvimento** [...] é uma história que deve ser preservada.” (idem: xiv. Tradução e grifo meus).

Tal otimismo dificilmente seria encontrado nos discursos dos proponentes de GAD e nos MFTs que trabalham às margens do *establishment* do desenvolvimento. Como vimos, WID não trabalha nas margens, mas foi criado e desenvolvido por mulheres trabalhando dentro do sistema ONU (idem). Assim, Kabeer (1994), diferentemente de Tinker, afirma que:

“apesar dos êxitos aparentes da *advocacy* em WID, as mulheres continuam a ocupar um lugar marginal no pensamento e políticas de desenvolvimento. Textos gerais sobre o desenvolvimento podem conter seu capítulo obrigatório sobre mulheres; conferências gerais podem ter sua sessão obrigatória sobre mulheres; relatórios de políticas gerais podem conter suas referências obrigatórias às mulheres. Mas o *mainstream* do esforço para o desenvolvimento permanece desreconstruído [sic].” (Kabeer, 1994: 9. Tradução minha).

Como ficará claro no capítulo seguinte, os MFTs na agenda FfD tendem também a ter uma visão bem menos otimista dos resultados do engajamento com o *establishment*. No entanto, MFTs em seus discursos podem muitas vezes usar a terminologia WID, WAD ou GAD indiscriminadamente. Essa diferenciação faz

parte, como dito anteriormente, de um esforço de sistematização das análises feministas do tema do desenvolvimento.

Segundo a narrativa típica, feministas que buscaram respostas para as questões das mulheres e desenvolvimento no Marxismo podem ser incluídas no rótulo Women and Development (WAD). Essas teóricas tentaram ir além dos argumentos de Engels, largamente aceitos por teóricos marxistas, de que “a instituição da propriedade privada e a conseqüente exaltação da monogamia contribuíram para o declínio do *status* das mulheres” (Visvanathan, 1997: 21. Tradução minha) e que “uma luta de classes exitosa e a derrocada do sistema capitalista são portanto necessárias antes que desigualdades de gênero possam ser mudadas” (Connelly et al, 2000: 59. Tradução minha). Dessa forma, o foco era a luta contra o capitalismo e não contra as relações patriarcais.

As feministas marxistas buscaram expandir essa análise notando a divisão entre as esferas pública e privada que se deu com a intensificação do capitalismo. As funções produtivas passaram a ser vistas como públicas e dos homens. As funções de consumo e reprodução foram associadas ao espaço privado e às mulheres. As feministas marxistas compartilhavam com feministas liberais a visão de que a exclusão das mulheres do espaço público de produção causava sua subordinação. No entanto, as feministas marxistas enfatizavam que

“o trabalho doméstico não-remunerado e os serviços reprodutivos das mulheres são críticos para empregadores capitalistas, cujos lucros dependem de pagar aos trabalhadores menos do que o verdadeiro valor do seu trabalho.” (Visvanathan, 1997: 21. Tradução minha).

Partindo dessa análise e encontrando-se na intersecção da teoria feminista marxista e da teoria da dependência, WAD tem como premissa a existência do patriarcado em todas as sociedades como fonte fundamental de desigualdades. Essa abordagem influenciou a teorização e prática de alguns acadêmicos e ativistas que reivindicaram projetos de desenvolvimento somente para as mulheres para protegê-las da dominação patriarcal (Connelly et al, 2000):

“O paradigma WAD enfatiza a distinção do conhecimento das mulheres, o trabalho das mulheres e as responsabilidades e objetivos das mulheres. Defende o reconhecimento dessa distinção e dos papéis especiais que as mulheres sempre tiveram no processo de desenvolvimento.” (idem: 60. Tradução minha).

Esse tipo de argumentação pela especificidade da experiência feminina tende a marginalizar o discurso nas esferas do *mainstream*. Além disso, corre-se o risco de cair na armadilha da essencialização dos papéis das mulheres e na conseqüente perda de visão das diferenças entre as mulheres. Com o intuito de focar na especificidade da experiência feminina, WAD debateu que tipo de abordagem deveriam ter em relação ao *establishment* do desenvolvimento:

“Teóricos e ativistas trabalhando dentro desse paradigma debateram a questão da integração (em agências e programas do *mainstream*) versus a organização focada nas mulheres separadamente. Eles reconhecem que as agências do *mainstream* detêm o risco de dominação de interesses patriarcais, enquanto a autonomia arrisca o aprofundamento da marginalização e de financiamento inadequado impostos pela escala pequena de muitos projetos de mulheres.” (idem: 60. Tradução minha).

Esse debate está bastante presente hoje na idéia popularizada nas OIs sobre “*gender mainstreaming*”. O conceito de que gênero é transversal a diversas questões e que, portanto, deve estar presente nas diferentes agências – e não somente nas que tratam especificamente de temas das mulheres – levou à criação de seções de gênero em diferentes organizações e de estudos de impacto sensíveis a gênero em diversos níveis.

No entanto, alguns MFTs criticam o uso do conceito para justificar falta de investimento em OIs que cuidam prioritariamente de questões relacionadas às mulheres. Em 2005, o governo holandês, então o segundo maior doador da UNIFEM, anunciou que cortaria os recursos doados anualmente à organização com o intuito de diminuir o número de organizações financiadas, evitando a “fragmentação dos recursos”. A justificativa da Ministra holandesa da Cooperação para o Desenvolvimento Agnes van Ardenne era de que os direitos das mulheres seriam melhor promovidos por organizações maiores como PNUD e Banco Mundial, que devidamente centralizassem gênero em todas as suas atividades.

Apesar de terem promovido a idéia de *gender mainstreaming* desde a década de 80, UNIFEM e MFTs defendem que ainda é cedo para abandonar projetos e organizações específicos das questões das mulheres, dado que a equidade de gênero é uma realidade distante. Esse tipo de dilema entre o engajamento com o *mainstream* e a autonomia vai ser mais discutida no capítulo seguinte. Ela não é só uma questão de WAD, mas dos MFTs mobilizados no tema do desenvolvimento em fóruns institucionais e não-institucionais, assim como de

outros MSTs em diversos temas. O caso da agenda FfD é ilustrativo desses dilemas.

Gender mainstreaming é um conceito muitas vezes associado à perspectiva GAD. Isso denota a dificuldade de diferenciar GAD de WAD em muitos momentos. Apesar de WAD ser frequentemente citada na narrativa típica do campo, para Saunders (2002: 7. Tradução minha; itálico no original):

“a criação discursiva de WAD depende de um esforço discursivo considerável. À luz dessa dificuldade manifesta, é apropriado perguntar qual o valor ou função que tal diferenciação [entre GAD e WAD] faz para as narrativas feministas. Em primeiro lugar, ela marca uma distinção entre uma análise centrada em gênero e uma centrada em classe. Em outras palavras, essa operação entalha um corte entre o que é *propriamente* feminista e o que não é – um gesto de *não reconhecimento*.”

Corroborando com essa interpretação, não encontrei durante a minha pesquisa textos que se auto-intitulem inscritos em WAD. No entanto, segundo Connelly et al (2000), o pensamento teórico de WAD é pouco documentado porque o engajamento nos níveis de políticas públicas e comunitário foi uma prioridade absoluta.

Saunders (2002), porém, não vê uma distinção tão clara entre WAD e GAD que justifique a terminologia diversa. Defensores de GAD, no entanto, acusam WAD de desatenção a relações de gênero e divisões dentro de classes. Para WAD,

“é a estrutura do capitalismo que mantém as mulheres em casa, não os homens. [...] Elas não são inclinadas a reconhecer que os homens se beneficiem do trabalho doméstico das mulheres. [...] De forma geral, WAD é acusada de privilegiar classe sobre gênero, já que as desigualdades de gênero são concebidas em termos do processo de acumulação do capitalismo, ao invés da dominação patriarcal em si.” (idem: 8. Tradução minha).

Essas críticas são generalizadas em GAD que considera que as feministas marxistas deram pouca atenção às relações desiguais entre homens e mulheres no lar e na esfera da reprodução. A preocupação excessiva com a estrutura de produção teria atenuado o enfoque no papel dos homens na opressão das mulheres (Visvanathan, 1997).

O surgimento de GAD muitas vezes é associado à publicação de “Development, Crisis, and Alternative Visions” de Gita Sen e Caren Grown em 1987. O livro foi publicado como resultado de discussões de uma rede então recém-lançada que viria a se tornar um dos MFTs mais ativos e influentes nas três

décadas seguintes: *Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN)*.

Apesar de em alguns casos ser citado como “*Perspectivas do Sul*” e não GAD (Saunders, 2002), DAWN é um MFT de mulheres do Sul que produz análises influentes para GAD. Estimulada por antropólogas feministas e feministas socialistas, incluindo feministas de países em desenvolvimento, GAD passou a abordar a questão do desenvolvimento não como um problema de exclusão das mulheres do processo, mas de inclusão destas em um processo apoiado em divisões de trabalho e poder de gênero (O’Brien et al, 2000).

A narrativa típica do campo é que GAD teria aprendido com falhas de WID e limitações de WAD, através de um *framework* analítico que trabalha as relações de gênero nas esferas produtiva e reprodutiva. Dessa forma, GAD pretende ir além da ênfase marxista excessiva com a área de produção social.

Além disso, GAD reivindica um foco nas relações entre mulheres e homens e não nas mulheres exclusivamente. Nesse contexto, os homens podem ser apoiadores potenciais da emancipação das mulheres e não necessariamente opressores (Visvanathan, 1997). No entanto, Saunders (2002) argumenta lucidamente que apesar do enfoque retórico em classe e gênero – uma categoria intrinsecamente relacional –, GAD está centrada na categoria “mulheres”.

Ademais, GAD se propõe a fazer uma análise das interconexões entre gênero, raça, classe e nação, que reconheça os efeitos das condições materiais e autoridade patriarcal definidos e mantidos pelas normas e expectativas sociais dos papéis masculinos e femininos em determinada sociedade (Connelly et al, 2000). Saunders e Visvanathan concordam que a característica mais específica de GAD é sua orientação para o Estado do Bem-estar, defendendo a responsabilidade do Estado em prover programas de apoio ao trabalho de reprodução social, a chamada economia dos cuidados.

O foco na problematização das relações entre as esferas pública e privada – da produção e da reprodução – como interdependentes e intrinsecamente relacionadas é proeminente na análise de GAD. Esse foco resgata debates da teoria política feminista em torno de uma ética do cuidado (*care ethics*). A princípio, algumas feministas (Gilligan, 1993) remontaram a aspectos psicológicos associados às primeiras experiências de socialização com o mundo, que seriam diferentes para meninos e meninas. Isso explicaria o que chamariam

de “moral feminina” baseada no cuidado, na comunicação pessoal e na intimidade, diferente da “moral masculina” impessoal e racionalizada (idem). No entanto, essas explicações foram criticadas pela essencialização do comportamento moral feminino e masculino. Outras teóricas (Tronto, 1993; Harstock, 1997) resgataram aspectos morais associados aos papéis sociais femininos de cuidado, pessoalidade e interdependência social – mas não por isso inerentes às mulheres – para então defender uma valorização desses aspectos.

A ética do cuidado, segundo essas teóricas, não é uma moral baseada em valores intrinsecamente femininos. Mas em valores que, por serem tradicionalmente associados aos papéis femininos em diferentes sociedades, são preteridos. Para Tronto, a ética do cuidado implica não supervalorizar esses aspectos, mas valorizá-los de forma equitativa com valores associados ao masculino, de forma a obter um equilíbrio na sociedade. Assim, o feminismo não é somente sobre o empoderamento das mulheres, mas também uma crítica de hierarquias que estão ligadas e naturalizadas através do denegrimiento dos papéis associados ao feminino.

De forma similar, a perspectiva GAD defende a valorização da esfera reprodutiva, mas não em detrimento da esfera produtiva. Ao contrário, argumenta que ambas as esferas são interdependentes e igualmente importantes para a economia e o desenvolvimento. Feministas economistas, em geral, têm trabalhado a questão da esfera do cuidado com o intuito de desafiar a dicotomia entre a visão do *homo economicus* auto-interessado e individualizado (separativo) e a visão do membro da família que compartilha dinheiro e cuidado, de forma desinteressada (solúvel). Essa dicotomia que England (2003) chama de visão do “eu” (self), por um lado extremamente “separativa” e, por outro lado, extremamente “solúvel” estaria calcada na tendência ocidental de valorizar o indivíduo “separativo”, ignorando a interdependência dos indivíduos e a importância da conexão com o outro para o bem-estar individual. A ética do cuidado questiona justamente esse ideal moral absoluto. E as feministas economistas têm retomado esse debate da teoria política feminista para “teorizar o trabalho feito tanto nas famílias quanto nos mercados como envolvendo [ambos] motivos altruístas e auto-interessados” (idem: 35. Tradução minha).

Seguindo essas análises, as críticas de GAD ao processo de desenvolvimento partem de considerações sobre o trabalho reprodutivo das

mulheres, que seria invisível na teoria econômica convencional, embora esse trabalho sustente o que alguns teóricos chamam de economia dos cuidados (*care economy*)²⁰, da qual dependeria a economia visível na teoria econômica. Na base da análise de GAD está o próprio conceito de gênero, considerado um estratificador da vida social na base do qual uma divisão fundamental do trabalho se dá na maioria das sociedades: a divisão entre atividades produtivas e reprodutivas (Çatagay, Elson e Grown, 1995). Essa análise é central para a Economia feminista mais crítica que argumenta que toda economia precisa de trabalho produtivo²¹ e trabalho reprodutivo.²²

“A dicotomia produtiva/reprodutiva tem suas raízes na Revolução Industrial, um tempo quando a produção fabril substituiu de forma crescente boa parte da produção doméstica. A ideologia de gênero designou os homens à esfera pública do mercado e as mulheres à esfera privada da família. Ao longo do tempo, o lar acabou sendo visto como o lugar do consumo ao invés da produção, e as atividades realizadas no lar, o que agora chamamos de trabalho reprodutivo, foram classificadas como economicamente improdutivas. Uma estrutura familiar na qual os homens eram quem provinha o sustento da família e as mulheres eram as que tomavam conta tornou-se a ideal. Na prática, esse ideal primariamente descrevia as vidas de famílias relativamente afluentes. Mulheres pobres e da classe trabalhadora tinham que engajar-se em atividades geradoras de renda nos setores formal e informal.” (Barker, 2005: 2196-97. Tradução minha).

Ao longo da história pós-Revolução Industrial, na maioria das culturas, a responsabilidade pelas atividades reprodutivas tem sido majoritariamente das mulheres que, na maioria das vezes, ao mesmo tempo, contribuem nas atividades produtivas. No entanto, em algumas economias industrializadas, os governos assumiram parte da responsabilidade com relação a atividades reprodutivas, como educação e saúde.

Como referido anteriormente, apesar da importância do trabalho reprodutivo, boa parte deste é invisível para as análises econômicas convencionais que consideram trabalho somente atividades geradoras de renda. A grande parcela do trabalho reprodutivo que não é remunerada, pois consiste da produção de bens e serviços para consumo da própria família, não é considerada trabalho para a

²⁰ Economia dos cuidados (*care economy*): esfera privada da reprodução (biológica, social e simbólica), freqüentemente associada às mulheres, sobretudo em razão de seu papel na família e na provisão de cuidados (Moghadam, 2005: 209).

²¹ “O trabalho remunerado que produz bens e serviços como comida, vestuário, e abrigo para venda no mercado.” (Barker, 2005: 2196).

²² “Cozinhar, limpar, e cuidado das crianças, parceiros, enfermos e idosos.” (Barker, 2005: 2196).

economia. Como grande proporção das mulheres desempenham estas atividades, o resultado é a invisibilidade econômica e a subestimação estatística do trabalho das mulheres.

GAD busca esclarecer que a relação entre trabalho reprodutivo e mulheres não se deve à propensão destas a esse tipo de trabalho, mas a um processo de construção social em torno dos papéis dos homens e das mulheres na economia e na sociedade. Assim, chamam atenção para o problema do foco nos papéis de cuidado e amor pacífico das mulheres, baseado no falso pressuposto sobre o que é essencialmente o papel das mulheres, que acaba por reforçar uma armadilha maternalista (Moghadam, 2005). A divisão do trabalho em uma perspectiva de gênero está calcada em dicotomias socialmente construídas sobre o trabalho masculino/feminino, como público/privado, por lucro/por amor, formal/informal (Peterson e Runyan, 1999). Claro está também que essas divisões não são homogêneas em todo o mundo e dependem de fatores culturais e da organização produtiva.

Assim, essas críticas pretendem desafiar as perspectivas econômicas convencionais, buscando integrar a esfera privada nas análises econômicas. Propõem uma releitura da economia do desenvolvimento, tornando visíveis relações de poder de gênero, as diferentes oportunidades econômicas dos membros de uma mesma família por razões de gênero e o trabalho reprodutivo das mulheres que se dá no espaço privado do lar e que tem valor zero para a economia convencional.

“Demonstram que aquelas pessoas não responderão aos sinais econômicos ou de mercado de uma forma “livre”, racional desimpedido pelas relações sociais. O fato que as relações de gênero designam o trabalho feminino a tarefas domésticas significa que esse trabalho feminino está imobilizado em atividades que não respondem a sinais de mercado. Assim, sinais de preço, tão importantes para o planejamento econômico liberal, não vão necessariamente mudar a forma que uma dona-de-casa aloca seu trabalho. A não-atribuição de valor econômico ou custo ao trabalho do lar leva os planejadores a presumir erroneamente que o tempo das mulheres tem um custo de oportunidade igual a zero, e que as mulheres podem dessa forma serem chamadas a expandir sua quantidade de trabalho na produção remunerada ou atividade comunitária voluntária, sem que haja um impacto negativo na atividade reprodutiva humana – no bem-estar das crianças, por exemplo, ou na estabilidade do lar. [...] De fato, espera-se que as mulheres agüentem os custos “invisíveis” dos ajustes [econômicos].” (O’Brien et al, 2000: 36. Tradução minha).

No entanto, como já foi dito, a análise de GAD não se restringe ao foco na economia dos cuidados. Muitas teóricas dedicaram-se também a analisar que associada à marginalização na esfera privada está a marginalização na esfera produtiva. Moghadam (2005) afirma que a transição do modelo econômico keynesiano, no final da década de 70, para o modelo neoliberal teve como algumas de suas conseqüências a feminização da pobreza²³ e a feminização do trabalho²⁴ sem equivalente redistribuição das responsabilidades domésticas (também em razão dos cortes nos serviços sociais).

Dessa forma, a inserção desigual das mulheres no mercado de trabalho se dá não somente em razão do menor acesso a recursos e treinamento, menor nível de escolaridade e menor nível de experiência. Mesmo quando todas essas variáveis são compatíveis – por exemplo entre alguns filhos e filhas de uma mesma família de classe média brasileira – é a ideologia de gênero que as torna desiguais no mercado de trabalho. Isso porque além de lidar com sua inserção no mercado de trabalho, as mulheres freqüentemente têm que lidar com o cumprimento de papéis sociais associados a um ideal de família e de mãe. Como ter as mesmas oportunidades no mercado de trabalho quando há uma divisão desigual de atividades domésticas? E quando o período previsto de licença maternidade e paternidade na legislação da maioria dos países deixa explícito a quem cabe o cuidado das crianças?

Assim, ao contrário de feministas liberais que defendem a entrada no mercado de trabalho e o treinamento e acesso a recursos associados como saída para as desigualdades de gênero; as feministas socialistas, associadas a GAD, defendem que essas políticas não mudarão a situação das mulheres enquanto não houver igualdade de gênero na esfera da reprodução (Fraser, 1996). Dessa forma, a desigualdade de gênero não é específica das esferas da produção ou da reprodução, mas de ambas que são interdependentes e intrinsecamente relacionadas com a desigualdade de gênero estrutural.

Associados à análise de GAD estão diversos esforços, como a promoção da mensuração da economia dos cuidados e seu peso nos PIBs nacionais; e a análise

²³ Feminização da pobreza: porção crescente de mulheres na população vivendo abaixo da linha da pobreza (Moghadam, 2005: 7).

²⁴ Feminização do trabalho: cunhado pelo economista da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Guy Standing, nos anos 80, o termo refere-se a dois fenômenos: ao aumento do número de mulheres na força de trabalho e à deterioração das condições de trabalho (salário, condições do emprego) tanto de mulheres quanto de homens (Moghadam, 2005: 7).

da relação da opressão econômica com a opressão de gênero e outras opressões no caso do tráfico internacional de mulheres, por exemplo; ou do número de mulheres no setor informal; ou das condições de trabalho desumanas e do assédio sexual sofridos primordialmente por mulheres nas linhas de produção de indústrias têxteis nas zonas francas latino-americanas e do sudeste asiático (os chamados *sweatshops*). Somente essas análises constituiriam uma dissertação e não se tratam do foco aqui.

Por ora, cabe ressaltar que de forma geral, os MFTs tendem a sustentar um discurso de GAD, com recorrentes referências a gênero e suas intersecções com outras formas de estratificação social. Dadas as características de GAD apresentadas aqui, o quadro 2.1 abaixo resume as incompatibilidades dessa perspectiva com o *framework* do *establishment* do desenvolvimento que se baseia na economia neoclássica. Assim, começo a apresentar pistas das dificuldades que os MFTs enfrentariam no processo FfD.

Quadro 2.1: A incompatibilidade das visões de desenvolvimento

Framework cognitivo²⁵ neoliberal	Framing dos MFTs
Análise começa no nível macroeconômico	Análise começa na microeconomia e na política de tomada de decisão entre mulheres e homens, no lar
Objetivo central é melhorar a eficiência do mercado, que otimizado poderá levar à alocação justa de recursos. Para criar eficiência no mercado, deve-se liberalizar o comércio, privatizar e limitar a intervenção estatal.	Objetivo central é justiça de gênero, intervindo em problemas como o valor do trabalho das mulheres e o acesso desigual à educação, emprego e posições no poder público. Para tanto, é essencial o papel de intervenção do Estado para desafiar tiranias patriarcais na esfera privada e mitigar distorções causadas por ideologias de gênero em instituições como o lar, mercados e burocracias estatais.
Previsão sobre a resposta de indivíduos a sinais econômicos está baseada em premissas sobre a racionalidade de indivíduos buscando maximizar vantagens pessoais.	Trabalha a política de relações de gênero na economia para reconhecimento dos constrangimentos nas escolhas individuais criadas pela estrutura social, sistemas de crenças e ideologias.

Elaboração própria a partir de O'Brien et al (2000: 47 e 48)

²⁵ O'Brien et al (2000: 47) referem-se *framework* cognitivo como quadro para compreensão do comportamento humano de cada instituição ou discurso teórico.

Nos documentos de MFTs participando da agenda FfD que são analisados no capítulo seguinte a confusão com a terminologia WID-WAD-GAD é freqüente. Os MFTs parecem estar menos preocupados com filiar-se a alguma perspectiva que com as lutas cotidianas que têm que travar. Esse tipo de sistematização é uma preocupação eminentemente acadêmica com o estabelecimento de narrativas que descrevam a história da análise feminista sobre o desenvolvimento. Essas narrativas obviamente se alimentam dos próprios discursos de MFTs, OIs e demais atores envolvidos nesse debate na política mundial. No entanto, os MFTs têm discursos correntes muito mais difíceis de se encaixar em alguma das “caixas” de análise, quais sejam WID-WAD-GAD-WED...

No capítulo seguinte, apresentarei como esses discursos alimentam o ativismo feminista em Monterrey. De forma geral, me abstenho da tentativa de mostrar qualquer coerência com alguma das perspectivas acima apresentadas, porque elas se confundem no cotidiano dos MFTs, assim como nos próprios textos acadêmicos. Fiz a opção de manter a nomenclatura GAD porque considero gênero um elemento essencial da análise e da luta dos MFTs, assim como diversas das questões aprofundadas por essa perspectiva.